

# política

## Debate reúne atuais candidatos ao Senado

Oito pretendentes convergiram em temas essenciais ao Estado



Bolívar Cavalari

bolivarc@jrcs.com.br

Os oito pré-candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul de partidos que têm representação no Congresso Nacional participaram de um debate na sexta-feira promovido pela Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal). Frederico Antunes (PSD), Germano Rigotto (MDB), Manuela d'Ávila (PSOL), Marcel Van Hattem (Novo), Milton Cardoso (PSDB), Paulo Pimenta (PT), Renato Jaguarão (Cidadania) e Ubiratan Sanderson (PL) estiveram no evento. Neste ano, os eleitores terão de votar em dois candidatos ao Senado no pleito de outubro.

O debate foi dividido em cinco blocos, sendo o primeiro e o último de apresentação e conclusão, respectivamente, e os outros três de enfrentamento direto entre os pré-candidatos, quando eles podiam escolher um adversário para dialogar.

Pelo volume de debatedores, eles tiveram pouco tempo para apresentar suas propostas e fizeram manifestações diretas e sem muitas polêmicas entre os adversários, com poucas exceções.

Além deste caso, os demais embates foram mais amenos e focaram nos assuntos da dívida do Estado com a União, a reconstrução e a prevenção contra desastres no Rio Grande do Sul e a proposta da instalação de um fundo constitucional para o desenvolvimento na Região Sul. Aliás, houve convergência entre os pré-candidatos



Evento foi promovido pela Granpal na sexta-feira passada na Capital

ao tratarem destes temas, o que influenciou, junto com o tempo curto, para enfrentamentos menos acirrados, pelo menos na comparação com os últimos debates entre pré-candidatos ao Piratini.

Frederico Antunes destacou ações do governo Eduardo Leite (PSD), ao qual exerce a liderança na Assembleia Legislativa, disse representar o governador nestas eleições e falou do diálogo como importante qualidade para um senador. Em várias oportunidades, ele chamou para o embate o seu aliado de chapa, Germano Rigotto, que fez discursos alinhados com os do deputado estadual em relação à capacidade de diálogo, mas também destacou a sua atuação à frente do Piratini na época em que era governador do Estado (2003-2006). Manuela d'Ávila se ateve aos temas propostos pela Granpal e também tratou de combate ao feminicídio no Estado, tendo apresentado propostas de curto prazo, como a criminalização da misoginia, a garantia de casas para mulheres com medidas protetivas e um auxílio financeiro

àquelas nesta situação e que não possuem renda. O atual deputado federal Marcel Van Hattem se posicionou de forma similar a como se apresenta na Câmara, com críticas diretas a ministros do STF, pedidos de impeachment dos magistrados e parafrazeou o pré-candidato a presidente pelo seu partido, Romeu Zema (Novo), ao falar de uma busca pelo "fim dos intocáveis" de Brasília.

Milton Cardoso falou de "implodir o sistema por dentro", e teceu diversas críticas ao STF e a partidos de esquerda, com foco para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao qual chamou de "ladrão". Paulo Pimenta fez elogios ao governo Lula e citou a sua atuação durante a reconstrução do Estado após as cheias, quando atuou em ministério extraordinário para recuperar as perdas da catástrofe. Ubiratan Sanderson acompanhou o aliado Van Hattem nas críticas ao STF e pedidos de impeachment de ministros, além de tratar dos temas do fundo constitucional da Região Sul e da prorrogação da dívida do Estado com a União.

## Com Fux, STF forma maioria para atenuar limite a penduricalhos

/ JUSTIÇA

Com o voto deste sábado do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, a Corte formou maioria para atenuar limite a penduricalhos. Até sexta, já tinham votado os ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

O voto dos magistrados abrandou restrições previstas pela própria Corte anteriormente. O presidente do STF, ministro Edson Fachin, seguiu o voto conjunto. O tribunal tinha, até sexta-feira, o placar de cinco votos a zero para a flexibilização das regras que serão fixadas para o pagamento de benefícios no Judiciário e no Ministério Público (MP).

Um dos principais recuos dos ministros foi a autorização para que os tribunais e unidades do MP convertam em dinheiro as horas extras do plantão presencial, desde que cumpram o limite de 35% do teto do funcionalismo público. No caso de plantão virtual, magistrados e promotores só poderão receber pelas horas em que foram efetivamente acionados. A decisão final cabe ao plenário.

Fux acompanhou parcialmente o voto de seus colegas, dizendo que valem decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que "reconheçam ou tenham reconhecido a validade ou invalidade quanto ao pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória, nova ou retroativa". Os ministros também reiteraram a permissão para que tribunais e unidades do Ministério Público paguem por períodos de férias, licenças-prêmio e plantões judiciais adquiridos antes da data da decisão do STF, que impôs limites a esses pagamentos. O Supremo começou a debater os penduricalhos e verbas indenizatórias do funcionalismo após decisões liminares de Dino e Gilmar sobre o tema.

O voto conjunto reconheceu ainda um penduricalho requerido

pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que havia sido autorizado na decisão anterior da Corte: a valorização por tempo de antiguidade na carreira (PVTAC). O benefício segue os mesmos moldes do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), também conhecido como quinquênio, que confere um adicional de 5% nos salários a cada cinco anos trabalhados, até o máximo de 35 anos. O voto abre a possibilidade de o PVTAC ser pago simultaneamente ao ATS, penduricalho que utiliza os mesmos critérios de pagamento, aos promotores e magistrados. Eles justificaram que o ATS tem caráter remuneratório e, portanto, não poderia ser confundido com o outro benefício, apesar dos critérios semelhantes para o pagamento.

O voto de Dino, Zanin, Moraes e Gilmar também autoriza os órgãos do Judiciário e do MP a pagarem gratificações aos magistrados, promotores e procuradores que atuam em comarcas de difícil provimento. Todos os benefícios reconhecidos antes da conclusão deste julgamento serão válidos, diferentemente das que vierem a ser editadas posteriormente.

Em maio, os quatro ministros expediram um voto conjunto que proíbe as instituições de revisar, reclassificar ou reestruturar comarcas, cargos e funções. Eles identificaram, à época, que os órgãos estavam promovendo mudanças para considerar mais postos de trabalho como locais de difícil provimento e, assim, garantir o pagamento do penduricalho, driblando a decisão do STF. O tema não foi revisitado neste julgamento. Os ministros exigem como contrapartida que seja respeitado o limite de 35% do valor fixado para o pagamento de todas os penduricalhos - ou seja, a conversão desses benefícios em dinheiro deve respeitar o novo teto fixado pelo STF. Por outro lado, os ministros vetaram o pagamento de auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e auxílio creche, ou benefícios similares, requeridos pelas associações.

## Irmão mais velho de Dilma Rousseff morre aos 79 anos

/ OBITUÁRIO

O advogado Igor Rousseff, irmão mais velho da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), morreu no sábado, aos 79 anos. A informação foi confirmada pelo vereador de Belo Horizonte e neto de Igor, Pedro Rousseff (PT).

"Hoje se foi meu avô, Igor Rousseff. A primeira pessoa que acreditou em mim e me fez entrar na política. Homem simples, honesto e trabalha-

dor. Viveu a vida da maneira que quis: sempre rodeado de amigos e da família", escreveu o vereador nas redes sociais. Igor e a ex-presidente nasceram no mesmo ano, 1947, mas ele em 1º de janeiro e ela em 14 de dezembro. O advogado era o mais velho de três irmãos; a caçula Zana Lúcia Rousseff faleceu há mais de 30 anos.

Igor morreu no Hospital Madre Teresa, em Belo Horizonte, após complicações em múltiplos órgãos. A cerimô-

nia de despedida foi realizada ontem, em Passa Tempo, no interior de Minas Gerais. Foi em Passa Tempo onde ele viveu os últimos 12 anos de sua vida, ao lado da esposa Valquíria, da enteada Maria Fernanda e de seus sete gatos. Além de ser advogado, Igor cursou Jornalismo e História, e construiu sua carreira principalmente na iniciativa privada. Na vida pública, atuou como assessor especial da prefeitura de BH na gestão de Fernando Pimentel (PT).

## Lula anuncia Desenrola Adimplentes nesta segunda-feira

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anuncia, nesta segunda-feira, medidas de incentivo a cidadãos com dívidas sendo pagas em dia.

O programa, que vem sendo chamado de Desenrola Adim-

plentes, será lançado em cerimônia no Palácio do Planalto, às 9h30min.

A confirmação foi dada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) neste domingo. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, participa da cerimônia.